



Desenvolvimento em Questão

ISSN: 1678-4855

davidbasso@unijui.edu.br

Universidade Regional do Noroeste do Estado

do Rio Grande do Sul

Brasil

Brum, Argemiro Luís; Bedin, Gilmar Antonio

Globalização e Desenvolvimento. Algumas reflexões sobre as transformações do mundo atual e suas implicações no processo de desenvolvimento

Desenvolvimento em Questão, vol. 1, núm. 2, julho-dezembro, 2003, pp. 9-35

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul

Ijuí, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=75210202>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Globalização e Desenvolvimento

algumas reflexões sobre as transformações
do mundo atual e suas implicações
no processo de desenvolvimento

Argemiro Luís Brum¹
Gilmar Antonio Bedin²

Resumo

O texto analisa o fenômeno da globalização do mundo. Por isso, reflete sobre o significado histórico deste acontecimento, sobre as suas causas e suas metáforas mais importantes, sem esquecer de indagar se o fenômeno da globalização é um fato ou uma construção ideológica dos grupos hegemônicos. Além disso, o artigo reflete sobre o impacto da globalização em relação ao Estado-nação moderno e ao processo de desenvolvimento.

Palavras-chave: globalização, estado-nação, interdependência, economia, desenvolvimento.

Abstract

The text analyses the worldwide globalization phenomenon. In this sense, it reflects on the historical significance of this event, on its causes and its most important metaphors, without forgetting to examine if the globalization phenomenon is a fact or rather an ideological construct of the hegemonic groups. Furthermore, the article reflects on the globalization impact concerning the modern nation-state and the development process.

Keywords: globalization, nation-state, interdependence, economy, development.

¹ Doutor em Economia Internacional pela EHESS de Paris e professor do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Gestão e Cidadania. Professor do Departamento de Economia e Contabilidade da Unijuí. (argelbrum@unijuí.tche.br)

² Doutor em Direito do Estado pela Universidade Federal de Santa Catarina e professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Gestão e Cidadania da Unijuí. Professor do Departamento de Estudos Jurídicos da Unijuí. (bedin@unijuí.tche.br)

A globalização do mundo é um dos temas centrais das Ciências Sociais da atualidade. Conseqüentemente, muitas são as obras que abordam a sua origem, os seus contornos atuais e os seus desafios. O presente texto não se afasta desta perspectiva de análise. Por isso, reflete sobre o significado deste acontecimento histórico, sobre suas causas e suas metáforas mais importantes, sem esquecer de indagar se o fenômeno da globalização é um fato ou uma construção ideológica dos grupos dominantes. Além disso, o texto reflete sobre o impacto da globalização em relação ao Estado-nação e ao processo de desenvolvimento.

Globalização: grande mudança histórica

A configuração do mundo como um sistema global é um dos mais significativos acontecimentos políticos, econômicos e sociais das últimas duas ou três décadas. Por isso, constitui-se, em si mesmo, um marco simbólico-referencial indicativo da emergência de um novo século, o século XXI, e também de uma nova e complexa fase da história humana. Além disso, o fenômeno da globalização possui um alcance planetário e uma conformação abrangente, o que exige a elaboração de “um novo paradigma para a compreensão dos diferentes aspectos da realidade contemporânea” (Santos, 1997, p. 48).

Assim sendo, o fenômeno da globalização constitui um momento de grande transformação do mundo atual, em que há a unificação do planeta e a ampliação do “sistema-mundo” para todos os lugares e para todos os indivíduos, embora com intensidade e em graus diversos. Com isso, “a Terra torna-se um só e único “mundo” e assiste-se a uma refundição da totalidade-terra” (p. 48). Desta forma, constata-se que o fenômeno da globalização conduz ao delineamento de uma crescente complexidade das relações internacionais, à configuração de uma polaridade incerta e ao estabelecimento de vínculos mais estreitos entre os principais atores da sociedade internacional.

Pode-se dizer que o fenômeno da globalização do mundo “caracteriza-se pelo aparecimento de um conjunto de novas possibilidades concretas, que modificam equilíbrios preexistentes e procuram impor sua lei [e suas determinações]” (p. 48). É possível perceber que os homens, após terem construído sólidas identidades nacionais e projetos circunscritos por fronteiras territoriais, passam agora a delinear uma aventura de dimensões planetárias. Daí, portanto, a percepção de que o mundo se tornou um único lugar para todos os seres humanos e que os principais problemas e alguns de seus interesses mais relevantes adquiriram rapidamente o caráter de questões mundiais ou globais.

Neste contexto, é importante apontar também que, tanto quanto os últimos séculos foram dominados por problemas relacionados com o surgimento, a construção e a supremacia dos Estados-nação, o século XXI começa a estar envolvido, de forma singular, pelos problemas oriundos da emergência e da estruturação do domínio da política e da economia mundiais. Em outras palavras, o século XXI começa a ser dominado pelos problemas relacionados com o surgimento e a consolidação de organizações políticas e econômicas de alcance mundial ou global.

Constata-se, também, que o fenômeno da globalização do mundo não é algo, como normalmente se imagina, que vai acontecer apenas no futuro – próximo ou não –, mas sim uma realidade já bastante efetiva, presente, em muitos aspectos, em nosso cotidiano, no momento atual. Neste sentido, afirma Anthony Giddens que “vivemos num mundo de grandes transformações, que afetam tudo o que fazemos. Para melhor e para pior, estamos a ser empurrados para uma ordem global que ainda não compreendemos na sua totalidade, mas cujos efeitos já se fazem sentir em todos nós” (2000, p. 19).

Assim, pode-se dizer que a globalização é um fenômeno que já constitui a realidade e a percepção dos indivíduos dos cinco continentes, desafiando um grande número de pessoas em todo o planeta com seus problemas e com suas possibilidades (Ianni, 1996a). Com efeito, a despeito das vivências e das opiniões de uns e outros, pode-se afirmar que a maioria

das pessoas já reconhece que as principais implicações da globalização estão “presentes na forma pela qual se desenha o novo mapa do mundo [...]” (p. 11).

O planeta adquiriu, por isso, um novo *status* e transformou-se num território de todo o mundo. Dessa forma, “trata-se de uma revolução global na vida corrente, cujas consequências se estão a fazer sentir em todo o mundo, em todos os domínios, do local de trabalho à política” (Giddens, 2000, p. 24). Por conseguinte, a globalização do mundo “não é apenas uma coisa nova, é também algo de revolucionário” (p. 22). Além do mais, “as mudanças que nos afetam não estão confinadas a nenhuma zona do globo, se fazem sentir um pouco em toda a parte” (p. 15).

Por isso, com a globalização

tudo se desterritorializa e reterritorializa. Não somente muda de lugar, desenraiza-se circulando pelo espaço, atravessando montanhas e desertos, mares e oceanos, línguas e religiões, culturas e civilizações. As fronteiras são abolidas ou tornam-se irrelevantes ou inóquas, fragmentam-se e mudam de figura, parecem mas não são. Os meios de comunicação, informação, transporte e distribuição, assim como os de produção e consumo, agilizam-se universalmente. As descobertas científicas, transformadas em tecnologias de produção e reprodução material e espiritual, espalham-se pelo mundo. A mídia impressa e eletrônica, acoplada à indústria cultural, transforma o mundo em paraíso das imagens, vídeo-clipes, supermercados, *shopping centers*, Disneylândias (Ianni, 1996a, p. 169-170).

Com o fenômeno da globalização do mundo tem-se, pois, a conformação de um novo momento do desenvolvimento da humanidade, que produz uma surpreendente redefinição das noções de tempo e, especialmente, de espaço, conduzindo a uma diminuição das distâncias e tornando instantâneo qualquer acontecimento seja qual for o lugar do planeta. A emergência do fenômeno da globalização do mundo, portanto, configura-se como uma grande mudança histórica, caracterizada por uma maior interdependência global, em que o centro da articulação da sociedade inter-

nacional desloca-se, em grande medida, dos Estados-nação soberanos para os novos atores internacionais, como as organizações internacionais, as empresas transnacionais e as organizações não-governamentais, e passa a se constituir a partir de novos canais de comunicação e de novas referências significativas, não mais nacionais e sim mundiais.

Causas do fenômeno da globalização

Apesar de a globalização representar esta grande mudança histórica, é possível dizer que a tendência direcionada à ampliação dos horizontes humanos é bastante antiga, existindo desde que o homem passou a se deslocar para fora da região de seu nascimento, nos primórdios da humanidade. A diferença, contudo, nos distintos períodos históricos, está na rapidez com que o homem se move nesta direção. Esta diferença baseia-se na evolução dos meios de transporte e de comunicação construídos em cada tempo histórico.

Nos últimos anos esta evolução foi extraordinária, em especial devido às transformações científico-informacionais ocorridas. Com este fato, a informação passou a circular em tempo real, permitindo uma participação, cada vez maior, dos diversos países nos principais acontecimentos mundiais, desde que munidos das condições necessárias para tanto (formação, conhecimento, acesso à informática, às redes de comunicação, domínio de idiomas estrangeiros, etc.). Mesmo as pessoas que não possuem as condições materiais referidas, entretanto, acabam sendo, indiretamente, envolvidas pelas mudanças processadas, especialmente as decorrentes das alterações dos fluxos econômicos.

Constatada esta mudança, é importante perguntar quais foram as forças políticas, econômicas e sociais que impulsionaram o mundo em direção à globalização nas últimas duas ou três décadas. A resposta, obviamente, não é fácil de ser apontada. Olhando, contudo, para as publicações sobre o tema, dois grupos de motivos, pelo menos, podem ser indicados. O primeiro (Thurow, 1997) chama a atenção para as seguintes razões:

- a) fim do comunismo, o que deixou sem competidores o sistema capitalista e impulsionou a formação de um sistema econômico mundial e de uma economia de escala planetária;
- b) emergência de uma era de indústrias de inteligência artificial criada pelo homem, o que proporcionou a desterritorialização da produção e a anulação de qualquer vantagem relativa;
- c) grande crescimento, deslocamento e envelhecimento da população mundial, o que conduziu a profundas mudanças no sistema capitalista e configurou um novo perfil populacional para o planeta;
- d) emergência de uma economia global desterritorializada, o que possibilitou que qualquer bem possa ser produzido em qualquer parte do mundo e vendido em todo lugar do planeta;
- e) configuração do mundo como um espaço político multipolar sem um poder hegemônico, o que conduziu à descaracterização da divisão do mundo entre primeiro, segundo, terceiro e quarto mundos e relativizou as relações centro-periferia e as relações Norte-Sul.

O segundo grupo relaciona os seguintes motivos para o processo de globalização do mundo atual (Pacheco, 1997):

- a) causas demográficas: a explosão populacional da segunda metade do século XX, fruto dos surpreendentes avanços da Medicina, ocasionou a ocupação de muitos vazios demográficos do planeta, intensificando o intercâmbio comercial e migratório entre povos antes restritos a territórios estanques;
- b) causas tecnológicas: a Segunda Guerra Mundial, a Guerra Fria e as crises do petróleo de 1973 e 1979 induziram os Estados nacionais dos países industrializados a alocar consideráveis parcelas de suas vultosas receitas fiscais em pesquisa e desenvolvimento tecnocientíficos. Como resultado houve o acúmulo, a difusão e a compilação de conhecimento científico e de altas tecnologias de informação e de telecomunicação;

- c) causas políticas: o fim da Guerra Fria, a queda do muro de Berlim e o fim do bloco soviético, entre outros fatores, contribuíram para a redução considerável dos riscos de ordem geopolítica, o que abriu a possibilidade de se construir um mundo mais integrado ou interdependente. Além disso, esse processo foi reforçado pelos investimentos diretos na constituição de plataformas globais de produção e o estabelecimento de canais internacionais de comércio;
- d) causas institucionais: a criação de instituições governamentais multilaterais, que começaram a dividir a tarefa de regular a ordem internacional, encorajando o empreendedorismo dos atores globais e auxiliando na complexificação das relações internacionais e na criação de relações mais permanentes e estáveis. Neste sentido, “o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização Mundial do Comércio (OMC) encabeçam uma complexa estrutura de inúmeras instituições supranacionais voltadas para o estabelecimento e a renovação de acordos de cooperação internacional e interregional” (p. 17).

Assim, pode-se observar que as causas do fenômeno da globalização são múltiplas, envolvendo aspectos de origens diferentes, mas que, em conjunto, convergem para impulsionar o mundo a uma nova direção: não mais nacional, e sim global. Por mais que se aponte uma linha de continuidade entre a expansão econômica ocorrida durante todo o período do mundo moderno e o fenômeno da globalização, percebe-se que esse processo de transformação atingiu, no início do século XXI, um ponto de inflexão e que “estamos no limiar de uma nova era da história humana: a Era da Globalização, caracterizada por uma hegemonia da economia global sobre a economia dos estados nacionais, isto é, da supremacia dos atores globais sobre os atores geopolíticos” (p. 16).

Principais metáforas do fenômeno da globalização

Neste contexto, cada vez mais se começa a perceber o fenômeno da globalização do mundo como um fato real, com contornos bem definidos, e que se configura como um acontecimento singular nesse início de novo

século da trajetória da humanidade. Vai-se afirmando, portanto, em suas particularidades e potencialidades, revelando-se como uma verdadeira e inovadora realidade:

a de que os principais acontecimentos das últimas décadas deslocaram, de forma quase que imperceptível, parte do centro da articulação política, econômica e social dos Estados nacionais para uma espécie de sociedade mundial, na qual o espaço tornou-se, de um momento para outro, um único lugar para todos os seres humanos. Hoje, portanto, vivemos, querendo ou não, em um novo mundo, interdependente e globalizado (Bedin, 1999, p. 124-125).

Esta realidade pode ser chamada, em termos político-econômicos, de governança mundial. Além dos aspectos referidos, esta realidade se caracteriza pela relativização do papel político-econômico dos Estados-nação e pelo fortalecimento do setor privado e das grandes empresas transnacionais. Por isso os Estados encontram, cada vez mais, dificuldades para se manterem como os principais atores internacionais, uma vez que a riqueza e o poder emanam, de forma crescente, das transações privadas, que não se preocupam em se identificar com as ambições e preocupações territoriais. Em síntese, os Estados podem tentar tornar seus territórios mais atraentes para os investimentos estrangeiros, mas a estrutura das redes mundiais de produção não depende de suas decisões, conformando fluxos que ignoram fronteiras nacionais e atravessam todo o planeta.

Desta forma, no mundo de hoje o poder dos Estados-nação está cada vez mais contestado pela emergência de contrapoderes fundados sobre organizações mais próximas do mercado. O centro de gravidade da política mundial passou dos agentes públicos estatais para entidades privadas. Estas entidades caracterizam-se por: 1) possuírem poder de oferecer ou ameaçar a segurança dos Estados; 2) poder oferecer ou recusar créditos aos Estados; 3) controlar o acesso ao conhecimento e à informação; 4) poder determinar aquilo que deve ser produzido, onde e em que condições. Esta mudança de

poder se deve ao fato de os Estados terem se tornado burocraticamente lentos, administrativamente custosos e relativamente ineficazes economicamente (Brum, 2002).

Se é verdade, contudo, que o fenômeno da globalização do mundo vai-se tornando cada vez mais preciso, o mesmo não se pode dizer das análises teóricas feitas a partir dele e das metáforas que produz. Em se tratando de uma ruptura drástica nos modos de ser, sentir, agir, pensar e fabular até então existentes, torna-se importante lembrar que “a descoberta de que a Terra se tornou mundo, de que o globo não é mais apenas uma figura astronômica, e sim o território no qual todos se encontram relacionados e atrelados, diferenciados e antagônicos, essa descoberta surpreende, encanta e atemoriza” (Ianni, 1996b, p. 13).

Por isso, numa perspectiva político-econômica é possível dizer que o mundo ficou ainda mais interdependente, com os acontecimentos e as ações de um Estado repercutindo imediatamente em todos os outros Estados-nação, não interessando a sua localização geográfica. Neste sentido, sua compreensão configura-se como um evento heurístico de grandes proporções, que abala ou fragiliza não só as convicções teóricas mais consolidadas, como também as visões de mundo mais sólidas, os recursos teóricos disponíveis e os instrumentos de análise construídos no decorrer da longa trajetória do mundo moderno (1996b).

Muitas têm sido as concepções e metáforas utilizadas para compreender esse novo fenômeno. Para um, trata-se de um processo de ocidentalização do mundo (Latouche, 1994); para outro, de modernidade-mundo (Chesneaux, 1995); para outro ainda, de comunicação-mundo (Mattelart, 1996); para um quarto, de aldeia global (McLuhan, s/d); para um quinto, de terra-pátria (Morin; Kern, 1995); para um sexto, de sociedade de informação (Schaff, 1995); para um sétimo, de revolução informacional (Lojkine, 1995); para um oitavo, de vida digital (Negroponte, 1995); para um nono, de mundialização (Ortiz, 1994); para um décimo, de mundo sem fronteiras (Ohmae, 1991); para um décimo primeiro, de sociedade pós-capitalista (Drucker, 1993); para um décimo segundo, de sociedade pós-moderна (Kumar, 1997).

As metáforas, como se pode perceber, são muitas e revelam cada uma delas um ou outro aspecto importante do fenômeno em estudo, surpreendendo, muitas vezes, “o imponderável, fugaz, recôndito ou essencial, escondido na opacidade do real” (Ianni, 1996b, p. 22). Além disso, as metáforas, em certos casos, desvendam o *pathos* escondido no movimento da história. Entrando em contato umas com as outras, elas se desafiam e se enriquecem umas às outras, conferindo novos significados a todas. É também assim que a sociedade global adquire fisionomia e significado. Desde uma realidade complexa, problemática e caótica, desencantam-se os sentidos, desvendam-se as transparências e as verdades guardadas nos lugares mais inesperados da realidade (1996b).

Assim sendo, essas metáforas tornam-se alegorias da nova realidade, construída pelo fenômeno da globalização. Apontam, portanto, determinados aspectos da atualidade, “assimilam ideais, horizontes, possibilidades, ilusões, utopias, nostalgias. [Além disso,] expressam inquietações sobre o presente e ilusões sobre o futuro, compreendendo muitas vezes o próprio passado” (p. 23). De qualquer forma, é importante observar que revelam aspectos importantes da realidade e ajudam a dar sentido aos novos acontecimentos, destruindo velhas visões do mundo e transformando as bases sociais e imaginárias de nosso tempo, voltadas agora a um quadro de alcance global no qual a interdependência mundial impede o enclausuramento no interior de fronteiras nacionais e o isolamento de uma cultura ou de um projeto político-econômico específico.

Esta nova conformação do mundo complexifica extraordinariamente a gestão econômica de um país. As políticas orçamentárias, monetárias e cambiais não podem mais se voltar apenas para o interior do país e ter por base o seu comportamento interno. As mesmas passam a ter que acompanhar os comportamentos e pressões externas. É isto que leva o Brasil e outros países do mundo, por exemplo, a proporem a criação de uma entidade supranacional (característica dos tempos globais deste início de século XXI) para controlar o capital financeiro e seus arroubos especulativos. Em consequência, globalizar a economia não significa deixá-la livre de regras e apenas ao sabor do mercado.

Globalização: ideologia e realidade

Assim, é possível constatar que a globalização é um processo real. Essa, contudo, não é uma constatação aceita por todos. Para alguns autores o fenômeno da globalização é menos uma realidade e muito mais uma projeção ideológica das grandes empresas transnacionais e dos grupos financeiros internacionais interessados apenas em maximizar os seus lucros e em diminuir os seus custos (Hirst; Thompson, 1998).³ Com isso, não aceitam a constatação de que, nas últimas duas ou três décadas, ocorreu uma profunda ruptura na sociedade internacional nascida da Paz de Vestfália e que direcionou o mundo para uma nova era: a era da globalização.

Ao contrário, afirmam que o fenômeno da globalização do mundo não passa de uma construção ideológica, uma espécie de *marketing* internacional, sintetizado num

conjunto de estratégias para realizar a hegemonia de macroempresas industriais, corporações financeiras, empresas de produção cinematográficas, a televisão, a música e a informática, para se apropriar dos recursos naturais e culturais, do trabalho, do lazer e do dinheiro dos países pobres, subordinando-os à exploração concentrada com que esses atores reordenaram o mundo na segunda metade do século XX (Canclini, 2000, p. 31).

Essa constatação se confirmaria, segundo os que não acreditam na existência dessa nova realidade, ao se olhar para a história da expressão *globalização*. Para estes autores, a expressão globalização surge menos da repercussão da metáfora utilizada por Marshall McLuhan – aldeia global –, e mais da proposta ideológica das Escolas de Administração dos Estados Unidos. Assim sendo, acreditam que a expressão globalização, pelo menos no sentido econômico, “popularizou-se através das obras de notórios consulto-

³ Neste sentido, afirmam os autores citados que “o que tem faltado em toda essa discussão [sobre a globalização] é uma certa dose de ceticismo. Poucos se dão ao trabalho de examinar os dados básicos do quadro econômico internacional e confrontá-lo com a retórica barulhenta dos entusiastas e dos adversários da ‘globalização’. Quem fizer, verá que tem havido grande exagero e mistificação quanto ao alcance e à novidade do processo de expansão das atividades econômicas internacionais nessas décadas finais do século XX” (p. 9).

res de estratégia e *marketing* internacional, e difundiu-se através da imprensa econômica e financeira especializada, [sendo,] rapidamente, [...] assimilada pelo discurso hegemônico neoliberal” (Gomes, 2000, p. 19).⁴

Além disso, não se pode esquecer, insistem seus representantes, que é justamente a construção desse imaginário o que permite a constituição de uma economia mundial sem fronteiras e o que torna possível a obtenção pelas grandes empresas mais internacionalizadas de altas taxas de lucro por meio da globalização dos mercados. Neste sentido, há também aqueles que atribuem à própria noção de globalização

um caráter puramente mítico, pois consideram que a fase atual da internacionalização da economia, além de responder a um processo plurissecular imanente ao capitalismo, não é inédita, já que apresenta notáveis similitudes, em matéria de comércio, finanças, investimentos diretos, com a fase de internacionalização do início do século sob a *Pax Britânica* (p. 27-28).

Ademais, afirmam também alguns autores que as economias nacionais estão longe de se integrarem ou se fundirem completamente em um novo sistema globalizado e poucas são

as corporações multinacionais verdadeiramente transnacionais; que a idéia de tecnoglobalismo não é mais de que um mito que esconde a proteção e o acesso desigual dos países às inovações tecnológicas; e que

⁴ Acrescenta José Antônio Gómes que, embalado pelo fenômeno da globalização, “o neoliberalismo passou a pregar, válido para o mundo todo e em nome da inevitabilidade dos sistemas e atores da globalização transnacional da economia, um conjunto de reformas econômicas de ‘ajuste estrutural’ (abertura das economias nacionais, desregulamentação dos mercados, flexibilização dos direitos trabalhistas, privatização das empresas públicas, corte nos gastos sociais, controle do déficit fiscal, etc.), mais conhecidos na América Latina sob a denominação de ‘Consenso de Washington’. Em suma, uma linguagem e um projeto dominante de globalização econômica das relações internacionais ou um ‘novo constitucionalismo’ – correspondente ao capitalismo globalizado, que tem por espaço natural o próprio mundo e que pretende auto-regular-se sem interferências políticas nacionais, regionais ou internacionais, com o fim de gerar benefícios para todas as nações que nele se inserem competitivamente” (2000, p. 21).

os Estados nacionais, pelo menos os mais poderosos, têm condições para assegurar a governança da economia mundial [e retirar dela todos os benefícios]" (p. 28).

Sem negar o mérito de algumas dessas críticas, não se pode deixar de indicar, contudo, que as mesmas cometem um duplo equívoco: confundem o fenômeno da globalização com o fenômeno do neoliberalismo e subestimam o alcance das transformações ocorridas nas últimas duas ou três décadas. Ao confundir o fenômeno da globalização do mundo com o fenômeno do neoliberalismo, não percebem a especificidade do primeiro fenômeno e o reduzem a apenas uma estratégia política. Discorda-se dessa confusão, pois o fenômeno da globalização é uma configuração mais ampla e complexa do mundo, que possibilita a articulação de vários projetos ético-políticos. Daí, portanto, o fenômeno da globalização não ser um estado e sim um processo radicalmente incerto e ambivalente, que deixa inteiramente aberta a questão de seu sentido.

Por outro lado, em relação à subestimação das transformações das últimas décadas, pode-se afirmar que, sem negar a pertinência do exercício da dúvida, há uma negligência ou, pelo menos, um descuido no que se refere às consequências do consenso estabelecido entre os próprios críticos

da globalização econômica em torno da percepção de que se está diante de uma nova era do capitalismo, cujo sentido, alcance e consequências diferem tanto das que tiveram lugar no período do "fordismo" quanto daquelas da era do imperialismo de um século atrás, que vinculava os Estados às burguesias nacionais (p. 28).

Além dessas considerações, não é possível esquecer que os próprios céticos em relação à existência do fenômeno da globalização reconhecem que "não há dúvida de que tem ocorrido [nas últimas décadas] forte expansão das transações internacionais, especialmente no terreno financeiro" (Hirst; Thompson, 1998, p. 9); e que a mais ninguém "escapa que o progres-

so técnico em áreas como informática e telecomunicações, associado à diminuição dos custos de transporte, tem favorecido a integração dos mercados nacionais e a internacionalização dos processos de produção em muitos setores de economia” (p. 9). Neste sentido, deve-se lembrar, também, que, quando se fala em

mundialização do capital ou quando se dá um contexto mais rigoroso ao termo inglês “globalização”, está-se designando bem mais do que apenas outra etapa no processo de internacionalização [da economia], tal como o conhecemos a partir de 1950. Fala-se, na verdade, numa nova configuração do capitalismo mundial e nos mecanismos que comandam seu desempenho e sua regulação (Chesnais, 1996, p. 13).

Sem deixar de levar em consideração as críticas referidas há pouco, reafirma-se que o fenômeno da globalização possui uma especificidade própria, não se confundindo com o neoliberalismo, e que as suas consequências são relevantes o suficiente para caracterizar a emergência de uma nova era: a da globalização. Assim, o aumento das interconexões globais das últimas duas ou três décadas do século XX reconfigurou o mundo e consolidou a globalização como a representação social maior desde o fim do século passado.

É importante lembrar, ainda, que a globalização é mais do que um processo de mundialização do capital e dos fluxos econômicos, pois é também um momento de compressão

do espaço no qual os homens vivem, se movem, se integram e trocam experiências, com todas as consequências que esse processo tem sobre sua consciência de pertencerem ao mundo, seja tal mundo o mercado para os mercadores, a ordem mundial para os estrategistas, o universal para os indivíduos-cidadãos. A globalização muda, assim, nossa relação com o espaço – que se amplia – e com o tempo – que se acelera. [Assim, tudo o que está em jogo, em termos de sentido, é precisamente] saber

como arcar simbolicamente com essa dupla mudança. Esse momento comum para todas as sociedades humanas é radicalmente incerto, de um lado, porque não implica nenhum acordo sobre uma mesma visão de mundo, e, por outro, porque todos os processos que o nutrem são, por definição, ambivalentes [e incertos] (Gomes, 2000, p. 55).

E por serem ambivalentes e incertos são percebidos de formas diferentes. Para alguns autores a globalização é percebida como o domínio do neoliberalismo e das empresas transnacionais; para outros, como uma nova e extraordinária fase do capitalismo mundial; para outros ainda, como o delineamento de um sistema-mundo; para outros mais, como a formação de um governo mundial, etc. Além disso, essa ambivalência significa também que o global não atinge a cada pessoa, lugar e esfera de atividade da mesma maneira. Por isso não se pode dizer, pura e simplesmente,

que o lugar, a distância e o limite territorial cessaram de ser importantes; que a ascensão dos fenômenos da suprateritorialidade anunciam o fim do Estado-nação; ou, menos ainda, que a globalização esteja encaminhando-se na direção de uma comunidade mundial com prosperidade, democracia e paz perpétua” (p. 57).

Todas essas hipóteses são, na verdade, grandes possibilidades, não um caminho de mão única. Mesmo porque, para nos inserirmos convenientemente no processo, necessitamos ultrapassar, pelo menos, quatro estágios: 1) ter acesso à melhor informação possível, tanto em termos analíticos quanto estatísticos; 2) saber interpretar tais informações corretamente, fato que exige formação, a qual nos vem de um sistema educacional adequado; 3) traçar tendências quanto ao futuro e definir a tendência potencialmente vitoriosa, com o fim de nos preparamos para ela; 4) dispor dos meios materiais e de formação para poder participar da tendência que se transformará em realidade. O sucesso econômico das empresas e países depende essencialmente da superação destes estágios.

De qualquer forma, não se pode deixar de observar que a globalização não é a mesma coisa que a internacionalização da economia ou que, simplesmente, reduz-se ao aumento dos fluxos econômicos e à consolidação das empresas transnacionais. Na realidade o fenômeno da globalização estabelece uma mudança significativa na forma de organização social humana, depreendendo-se dessa transformação três constatações fundamentais:

em primeiro lugar, que a globalização implica uma mudança histórica fundamental na escala das organizações econômicas e sociais contemporâneas; em segundo lugar, que ela não se constitui em uma condição singular, mas em um processo multidimensional em que o crescimento dos padrões de interconexão global alcança todos os domínios institucionais-chave da vida social moderna (econômico, cultural, tecnológico, político, legal, ambiental e social), embora cada um deles conheça escala, intensidade, dinâmica e impactos diferentes; por último, que a globalização envolve, necessariamente, organização e exercício do poder social em escala transnacional e intercontinental. Isto significa [...] que ações, decisões ou omissões levadas à frente por atores [internacionais] em um continente, por exemplo, podem ter consequências de peso para nações, comunidades, famílias etc., de outro continente. [Em outras palavras], a globalização é indissociável do “esticamento” intensificado das relações de poder, de maneira tal que os lugares, sujeitos e exercícios deste último tornam-se crescentemente distantes dos sujeitos ou locais que experimentam suas consequências [...] (p. 58).

Constata-se do exposto que o fenômeno da globalização do mundo leva a uma efetiva transformação das noções de tempo e de espaço, cuja “expansão e intensificação recentes relacionam-se com o surgimento de meios de comunicação global instantâneos e ao transporte de massa” (p. 59). E isso é fundamental para a análise da realidade atual e tem implicações importantes para a constatação, por exemplo, de que a globalização não deve ser equacionada exclusivamente como um fenômeno econômico, mas

como uma mistura complexa de processos freqüentemente contraditórios, produtores de conflitos e de novas formas de estratificação e poder, que interpela fortemente as subjetividades e tradições, exigindo maior reflexividade na ação diante do incremento da complexidade e da incerteza, e que diz respeito não apenas à criação de sistemas em grande escala, mas também às mudanças nos contextos locais e até mesmo pessoais da experiência social (p. 59).

Daí, portanto, a compreensão de que o fenômeno da globalização é um processo real e não apenas um fenômeno ideológico ou imaginário, como alguns autores afirmam. É um processo real que tem sido acelerado pelas interconexões regionais e globais, alicerçado por novos atores internacionais, em especial pelas empresas transnacionais. Isto gera consequências transformadoras sobre o papel do Estado-nação moderno e fragiliza os principais pressupostos da sociedade internacional surgida da Paz de Vestfália e centrada na idéia de fronteiras territoriais, no poder político estatal e na soberania nacional.

Globalização e Estado moderno

Compreendida essa realidade, é necessário refletir, neste momento, sobre a relação existente entre o fenômeno da globalização do mundo e o Estado-nação moderno. Essa relação toma forma quando se indaga quais são as consequências para o Estado moderno da emergência do fenômeno da globalização do mundo. Neste sentido deve-se dizer inicialmente que, apesar do grande impacto do fenômeno da globalização sobre a esfera política nacional, o Estado moderno ainda não desapareceu e que não desaparecerá – como poderia se supor – de um momento para outro do cenário mundial, continuando ainda a desempenhar funções com alguma relevância neste novo momento da humanidade.

Pode-se dizer, assim, que o Estado-nação moderno foi e continua sendo um dos mais essenciais fenômenos que a engenharia política e a sociabilidade humana conseguiram produzir em todos os tempos. Não é

possível, todavia, deixar de perceber que o Estado moderno passou a desempenhar novas funções – auxílio à formação dos blocos econômicos regionais e de fomento à organização e à criação de inteligência artificial – e que adquiriu, consequentemente, um novo estatuto, notadamente de um Estado dotado de soberania e autonomia relativas.

Essa relativização dos conceitos de soberania e de autonomia do Estado-nação moderno é um dos acontecimentos mais importantes da sociedade internacional da atualidade, constituindo-se, portanto, no pressuposto estruturante da era da globalização. Por isso o denominador comum de todas as profundas rupturas produzidas nas últimas décadas é o esvaziamento

da soberania e da autonomia dos Estados nacionais. Por um lado, o Estado já não pode mais querer regular a sociedade civil nacional por meio de seus instrumentos jurídicos tradicionais, dada a crescente redução de seu poder de intervenção, controle, direção e indução. Por outro lado, ele é obrigado a compartilhar sua soberania com outras forças que transcendem o nível nacional. [Ao promulgar as leis, portanto], os Estados nacionais acabam sendo obrigados a levar em conta o contexto econômico-financeiro internacional, para saber o que podem regular e quais de suas normas serão efetivamente respeitadas (Faria, 1994, p. 11).

Em síntese, o Estado-nação moderno, com o fenômeno da globalização do mundo, não desaparece e não desaparecerá, mas adquire novas funções e um novo estatuto. Novo estatuto esse que tornou possível a hipótese de integração do Estado soberano num sistema de jurisdição internacional ou, até mesmo, talvez em uma hipótese ainda bastante remota, mas não totalmente descartável, a um Estado de âmbito global, realizando-se, dessa maneira, mas sob outros pressupostos, o que propunha, ainda no século XVIII, o filósofo alemão Immanuel Kant, em seu livro *À Paz Perpétua: a construção de uma federação mundial* (1989).

Independentemente dessas possibilidades, o importante é perceber que houve, com as transformações dos últimos anos, uma fragilização do Estado-nação moderno, de sua soberania e de suas fronteiras, o que retirou de seu governo a capacidade de controlar os seus assuntos domésticos de forma exclusiva e fortaleceu os fluxos transnacionais que atravessam com facilidade as suas fronteiras e se articulam a partir de outros lugares: lugares globalizados, conectados mundialmente e inter-relacionados com outros acontecimentos e outros centros de poder.

Assim, o Estado-nação soberano deixou de ser o único centro de poder da sociedade internacional e, em consequência, perdeu também a condição de único ator político verdadeiramente internacional. Deve-se observar ainda que se tornou impossível o isolamento político, econômico e social no interior das fronteiras territoriais de um Estado, pois “a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância, [conectam o mundo numa complexa rede de relações de interdependência]” (Giddens, 1991, p. 69).

Em consequência deste fato estamos vivendo hoje numa sociedade capitalista, reestruturada e informacional, existindo uma relação direta entre as fontes de conhecimentos tecnológicos e a aplicação da tecnologia para melhorar a geração de conhecimentos e o processamento da informação. Neste contexto a produtividade e competitividade de unidades de agentes econômicos dependem de sua capacidade de gerar, processar e aplicar, de forma eficiente, a informação baseada em conhecimentos. Isto se dá sob forma de atividades produtivas em escala planetária mediante redes de conexão entre agentes econômicos.

Em outras palavras, a informação está numa rede global de interação que gera a produtividade e a competitividade. Assim, uma economia global também pode ser vista como uma economia com capacidade de funcionar como uma unidade em tempo real, em escala planetária. As fontes de

competitividade na economia global podem ser descritas como sendo: 1) a capacidade tecnológica; 2) o acesso a um grande mercado afluente integrado; 3) o diferencial entre os custos de produção no local da produção e os preços do mercado de destino; 4) a capacidade política das instituições nacionais, internacionais e supranacionais para impulsionar a estratégia de crescimento dos países e regiões.

Pode-se perceber, dessa forma, que as funções e os processos dominantes na era da informação estão cada vez mais organizados em torno de redes. As redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades, e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura. Na relação entre capital e trabalho, esta nova etapa da história humana nos oferece muito trabalho, porém com uma diferenciação importante: nas condições da sociedade em rede, o capital é coordenado globalmente, enquanto o trabalho é individualizado (Castells, 1999).

Ademais, não se pode esquecer que, em decorrência dessa crescente interdependência global, intensificou-se na última metade do século passado o surgimento de políticas multilaterais com diferentes estruturas decisórias, envolvendo governos, organizações intergovernamentais e uma vasta gama de grupos de pressão transnacional e organizações não-governamentais, o que tornou qualquer hipótese mais extrema de afirmação da soberania e da autonomia do Estado moderno uma prerrogativa difícil de ser exercida.

Por isso, percebe-se cada vez mais que a autonomia e a soberania do Estado-nação moderno dilui-se num conjunto de redes de comunicação, de intercâmbio de experiências culturais e de influências políticas mútuas. Isso faz com que o poder do Estado seja dividido com outros órgãos, outras instituições, outras entidades criadoras de políticas e de novos padrões de ação e de comportamento político, menos soberanos e mais integrados num projeto comum, alicerçados na consciência cada vez maior de que os problemas são interdependentes e globalizados, interessando a toda a humanidade.

Globalização e Desenvolvimento

Compreendida esta grande transformação histórica, é fácil perceber que a globalização, na medida em que estabelece novos canais de comunicação e de intercâmbio, possibilita ou impulsiona uma maior abertura comercial entre Estados-nação. A abertura comercial, com a eliminação das barreiras antes existentes, pode ser vista como um fato positivo, pois permite um ganho maior ao conjunto dos Estados, porque à medida que há negociações multilaterais todos os Estados acabam ganhando. Estes ganhos são importantes para impulsionar o desenvolvimento dos países. No entanto torna-se fundamental entender, dentro dos pressupostos socioeconômicos do desenvolvimento, que ganhos econômicos, via aumento do comércio, tendem a aumentar o PIB dos países, mas não necessariamente levam a um melhor nível de desenvolvimento.

A partir deste fato é possível perceber que crescimento econômico não é sinônimo de desenvolvimento. Na prática o sucesso da globalização, na ótica de um melhor desenvolvimento mundial, estaria no fato de que o aumento da geração de riqueza se transformasse igualmente em melhor distribuição de renda, via avanços sociais ao conjunto da humanidade em geral e aos países subdesenvolvidos em particular. Por enquanto ainda não se conseguiu chegar a tal estágio, embora um grande número de países, em função deste maior intercâmbio global, tenha se obrigado a adotar políticas econômicas que privilegiassem a redução e o controle da inflação. Este fato, por si só, já se constitui é uma forma de melhor distribuir a renda nacional ou, pelo menos, de impedir os problemas decorrentes do imposto inflacionário. Tal medida, no entanto, não é suficiente.

O que se percebe é que, sempre que uma parte da renda gerada pelo aumento de produtividade provoque modificações na composição da procura, cujos efeitos não são anulados em sua totalidade pelas importações, ocorrerão as modificações estruturais que chamamos de desenvolvimento. Não há dúvida que a globalização da economia permite alcançar tais resultados. Se é verdade, contudo, que o desenvolvimento tem lugar mediante aumen-

to de produtividade do conjunto econômico, igualmente é verdade que esse aumento de produtividade (e da renda *per capita*) é determinado por fenômenos de crescimento que têm lugar em subconjuntos, ou setores, particulares. As modificações de estrutura são transformações nas relações e proporções internas do sistema econômico, as quais têm como causa básica as modificações nas formas de produção, mas que não se poderiam concretizar sem modificações na distribuição e utilização da renda (Furtado, 2000).

É neste quadro que o desenvolvimento pode ser visto como uma expressão de liberdade, a qual deve ser ampliada ao maior número de pessoas possível, graças também às oportunidades geradas pelo processo de globalização. Assim, num ambiente globalizado, para que o desenvolvimento de fato se consolide, torna-se necessária a remoção das principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania; carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática; negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de estados repressivos e o desrespeito aos direitos humanos (Sen, 2000).

Isto não significa ser contra os mercados. Ao contrário, ser genericamente contra os mercados é tão sem sentido quanto ser genericamente contra a comunicação entre as pessoas. As trocas fazem parte do modo como os seres humanos vivem e interagem na sociedade moderna. Desta forma, a contribuição do mecanismo de mercado para o crescimento econômico é, obviamente, importante, mas vem após o reconhecimento da importância direta da liberdade de troca. A liberdade de entrar em mercados pode ser, ela própria, uma contribuição importante para o desenvolvimento, independentemente do que o mecanismo de mercado possa fazer ou não para promover o crescimento econômico ou a industrialização (2000). Efetivamente, a globalização das economias tende a favorecer a entrada dos Estados-nação no sistema comercial mundial e, em dele participando, ampliar seus mercados.

Por outro lado, esta realidade não invalida o chamado desenvolvimento endógeno. Pelo contrário, ela pode mesmo reforçá-lo, desde que voltado ao processo de inserção dos Estados-nação nas regiões e no sistema

econômico global. De fato, a globalização acelerou as transformações produtivas e os processos de desenvolvimento associados a cidades e regiões, dando lugar a um outro sistema regional em âmbito global ou a uma nova divisão espacial do trabalho em escala internacional. Assim, a globalização abriu o leque das possibilidades estratégicas independentemente dos recortes territoriais específicos. Estes novos fluxos produtivos, mesmo que ainda distantes de um estágio mais avançado de amadurecimento econômico, são muito diversificados e complexos, envolvendo, na maioria dos casos, cidades e regiões pertencentes a mais de um Estado-nação.

Uma questão, contudo, está cada vez mais evidente: o desenvolvimento econômico de cidades e regiões depende das economias geradas em razão do efeito de difusão das inovações, da flexibilidade da organização da produção, da densidade e da qualidade das instituições e da aglomeração urbana. Hoje isto ocorre igualmente por economias externas de escala, redução dos custos de transação e economias de diversidade e de especialização dos territórios graças a um sistema sempre mais globalizado e interdependente. Neste quadro o isolamento regional, especialmente muito evidente no meio rural, não traz benefícios ao desenvolvimento, constituindo-se, em muitos casos, em verdadeiras zonas de subdesenvolvimento econômico e de exclusão social.

Na verdade as áreas integradas costumam ser regiões com grande capacidade inovadora, nas quais se encontram muitas redes (produtivas, comerciais e tecnológicas) articuladas e caracterizadas pela utilização de alta tecnologia, de flexibilidade na organização da produção e da densidade das instituições regulatórias. Nas regiões excluídas dos processos de globalização, total ou parcialmente, o sistema institucional não está articulado e suficientemente desenvolvido. Isto se constitui um grande problema, pois quando a sociedade não está organizada e não possui as instituições que as forças econômicas e o mercado precisam para seu funcionamento adequado, a atividade produtiva tenderá a se retrair e não se desenvolverá com a força necessária, impedindo que sejam gerados processos de crescimento econômico e social sustentado (Barquero, 2002).

Isto nos permite entender por que nenhum segmento social deseja ficar de fora do processo de globalização da economia. Assim, os movimentos sociais designados de antiglobalização devem ser vistos como, na verdade, grupos em defesa de uma outra globalização, que inclua os excluídos do atual processo de globalização. Neste contexto, não existe mais espaço para uma região, um local, um país, uma nação, viver de forma isolada e autárquica, esperando, desse modo, construir uma forma de desenvolvimento unicamente voltada para si mesmo. Por isso o desenvolvimento está, na atualidade, intimamente ligado à capacidade estratégica que os Estados-nação possuem de se inserirem de forma específica no processo de globalização em geral e da economia em particular.

Considerações finais

Tomando-se por base os conceitos expostos, tornam-se bastante evidentes os enormes desafios que o Brasil precisa enfrentar para retomar o processo de desenvolvimento neste novo contexto mundial. Além disso, é claramente perceptível que algumas iniciativas devem ser imediatamente adotadas. Em primeiro lugar deve-se estabelecer políticas públicas que levem à remoção das principais fontes de privação da liberdade, seja a superação da pobreza e do analfabetismo ou a falta de oportunidades e as práticas repressivas dos órgãos de Estado.

Em segundo lugar, deve-se compreender que o fenômeno da globalização é um processo real que torna muito mais difícil as ações do Estado e estabelece uma maior autonomia do mercado. Por isso é possível constatar a diminuição do poder de autodeterminação do Estado, de sua capacidade regulatória e do espaço de autonomia na gestão das políticas econômicas.

Em terceiro lugar, deve fomentar o apoio à pesquisa, tornando possível o desenvolvimento de um ambiente de inovação tecnológica e de competitividade econômica. Por isso o fomento deve ser direcionado para a

pesquisa que esteja voltada à integração universidade-empresa, favorecendo, em consequência, o avanço do saber científico nas áreas vinculadas aos sistemas locais de produção e à criação de novas oportunidades.

Por fim deve-se buscar ainda mais a integração internacional do país, ampliando sua participação efetiva nos órgãos multilaterais (ONU, OEA, OMC, FMI, etc.) e o seu papel de grande potência regional, sem se descuidar de suas relações econômicas com os diversos países do mundo. Neste último sentido, deve-se otimizar a possibilidade de intercâmbio comercial e a ampliação dos mercados, evitando o isolamento econômico e, em consequência, a transformação do país numa região, cada vez mais, condenada ao subdesenvolvimento.

Referências

- BARQUERO, A. V. *Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização*. Porto Alegre: UFRGS/FEE, 2002.
- BEDIN, Gilmar Antonio. Estado, cidadania e globalização do mundo: algumas reflexões e possíveis desdobramentos. In: OLIVEIRA, Odete Maria de (Org.). *Relações internacionais e globalização: grandes desafios*. Ijuí: Ed. Unijuí, 1999.
- BRUM, Argemiro Luís. *A economia internacional na entrada do século XXI: transformações irreversíveis*. 2.ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.
- CANCLINI, Néstor García. *La globalización imaginada*. Barcelona: Paidós, 2000.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- CHESNEAUX, Jean. *Modernidade-mundo*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- DRUCKER, Peter. *Sociedade pós-capitalista*. 5.ed. São Paulo: Pioneira, 1993.
- FARIA, José Eduardo (Org.). *Direito e globalização econômica: implicações e perspectivas*. São Paulo: Malheiros, 1994.
- FURTADO, Celso. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. 10.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

- GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. 2.ed. São Paulo: Unesp, 1991.
- GIDDENS, Anthony. *O mundo na era da globalização*. Lisboa: Presença, 2000.
- GOMES, José Antônio. *Política e democracia em tempos de globalização*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- HIRST, Paul; THOMPSON, Grahame. *Globalização em questão*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- IANNI, Octavio. *A sociedade global*. 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996a.
- IANNI, Octavio. *Teorias da globalização*. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996b.
- KANT, Immanuel. *À paz perpétua*. São Paulo: L&PM, 1989.
- KUMAR, Krishan. *Da sociedade pós-industrial à sociedade pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- LATOUCHE, Serge. *A ocidentalização do mundo: ensaio sobre a significação, o alcance e os limites da uniformização planetária*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- LOJKINE, Jean. *A revolução informacional*. São Paulo: Cortez, 1995.
- MATTELART, Armand. *Comunicação-mundo: história das idéias e das trajetórias*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1996.
- MCLUHAN, Marshall. *Os meios de comunicação como extensão do homem*. 5.ed. São Paulo: Cultrix, 19[].
- MORIN, Edgar; KERN, Anne Brigitte. *Terra-Pátria*. Porto Alegre: Sulina, 1995.
- NEGROPONTE, Nicholas. *A vida digital*. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- OHMAE, Kenichi. *Mundo sem fronteiras: poder e estratégia em uma economia global*. São Paulo: Makron Books, 1991.
- ORTIZ, Renato. *Mundialização e cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PACHECO, Ricardo. Prerrogativas locacionais face à economia globalizada: uma introdução conceitual. In: *Cadernos Pesquisas*. Inserção na economia global: uma reapreciação, n. 8. São Paulo: Konrad Adenauer-Stiftung, 1997.

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço e tempo*: globalização e meio técnico-científico. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SCHAFF, Adam. *A sociedade informática*: as consequências sociais da segunda revolução industrial. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SEN, Amarthya. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Schwarcz, 2000.

THUROW, Lester. C. *O futuro do capitalismo*: como as forças econômicas moldam o mundo de amanhã. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.